

“Temos uma liderança política com grande ignorância face ao país real”

Manuela Silva A coordenadora do Grupo Economia e Sociedade não poupa críticas ao Governo que acusa de falta de capacidade técnica para operar reformas. E diz que o único caminho de crescimento do país é o da renegociação da dívida

Entrevista
Ana Brito Texto
Enric Vives-Rubio Fotografia

A sua convicção é a de que as políticas do Governo hipotecam o nosso futuro como país. Manuela Silva, economista e coordenadora do Grupo Economia e Sociedade, tem poucas expectativas de ser surpreendida positivamente pelo executivo, mas encara com optimismo as “forças latentes” da sociedade portuguesa e o “poder transformador” da economia social.

Ainda recentemente a ministra das Finanças afirmou que estaremos “francamente melhor” daqui a cinco anos. Concorda?

Wishful thinking... Eu também gostaria, mas não é com este caminho de certeza, há que invertê-lo. Não temos uma estratégia de desenvolvimento a prazo, que é fundamental para saber para onde vamos, é tudo navegação à vista e ir tapando buracos à custa de um grande empobrecimento. O que está em causa é um projecto de sociedade. Com esta crise financeira e com este programa de ajustamento e, sobretudo, pela maneira como esse programa vem sendo conduzido, estamos a empobrecer o presente e a hipotecar o futuro. Aliás, o Grupo Economia e Sociedade, de que sou coordenadora, publicou uma posição sobre a proposta do Orçamento do Estado [OE] para 2014, que tem exactamente esse título: “OE 14 - Empobrece o presente. Hipoteca o Futuro”. Esta é a situação com que o país está confrontado, mas é diariamente anestesiado com a ideia de que é uma fase de transição inevitável, que preparará tempos melhores. Já se provou que não é verdade. **Daqui a cinco anos estaremos pior do que há quantos anos?** Depende da governação que tivermos. Há uma questão central que é a renegociação da

dívida, em prazos e avanço de juros, porque está a ser paga com juros absolutamente acima do razoável. Esta é condição *sine qua non* para dispormos de meios que nos permitam valorizar os nossos recursos naturais e humanos e criar uma dinâmica de desenvolvimento que permita um aparelho de Estado capaz de responder por direitos fundamentais como a universalidade da educação, uma saúde de qualidade, a segurança. É uma visão diferente daquela que enforma o actual Governo. Penso que o actual Governo é provisório. Estamos numa situação de empobrecimento colectivo e há que romper esse círculo o mais rapidamente possível.

Qual seria então a alternativa a este OE? O Governo diz que não havia.

Isso é uma falácia. Há sempre alternativas, mas este Governo nunca quis encarar, e penso que continua teimosamente a não querer encarar, a indispensável renegociação da dívida. Na fase em que já estamos, com uma dívida a rondar os 130% do PIB, é evidente que isso também não serve os interesses dos credores. É possível negociar.

Mas os credores estariam receptivos a isso?

Teriam de estar. Também é um problema de firmeza de quem vai negociar e das condições que vai negociar. E há várias

O país é diariamente anestesiado com a ideia de que é uma fase de transição inevitável, que preparará tempos melhores. Já se provou que não é verdade

modalidades, desde uma moratória relativamente aos juros, a prazos mais alargados para a renegociação da dívida ou maior envolvimento dos nossos parceiros europeus. Porque esta dívida também serve interesses financeiros, é uma boa fonte de aplicação para quem tem capital disponível para investir, juros de 6% ou 7% não são nada maus.

E o argumento de que jamais conseguiríamos financiar-nos nos mercados?

São mitos que se vão criando. Estou convencida que há recursos internos, recursos de capital que não são utilizados, como as poupanças de particulares. Se houvesse condições de aplicação dessas poupanças, seriam mais facilmente mobilizáveis. E não podemos esquecer situações clamorosas de empresas que operam em Portugal a partir de sedes noutros países, furtando-se ao pagamento de impostos. E mesmo em relação à máquina do Estado, a famosa reforma ainda não viu a luz do dia. A verdade é que também não tenho grandes expectativas em relação ao que venham a apresentar. Gostaria de ser surpreendida por alguma coisa positiva, mas infelizmente temos uma liderança política não só ideologicamente muito marcada - o que fecha o leque de possibilidades -, como de uma grande ignorância face ao país real que somos e com falta de capacidade técnica para operacionalizar reformas.

Como encara o corte definitivo das pensões da função pública, a chamada “convergência”?

É mais uma artificialidade, porque não vejo qual o objectivo dessa convergência. É uma palavra simpática, “convergir”, mas não se percebe porque é que não são as do sector privado a convergir para as do sector público. E há outro problema que subjaz a esta perspectiva que é o desrespeito pelos contratos assumidos. Que se faça uma reforma relativamente ao futuro é uma coisa; que se faça uma reforma com efeitos





retroactivos, como se pretende, não é correcto e quebra o capital de confiança de uma sociedade. Irrevogavelmente...

E como vê o aumento da idade da reforma para os 66 anos?

Teoricamente não me repugna, porque hoje se tem a possibilidade de viver mais tempo. Mas, mais uma vez, acho que é uma hipótese para o futuro e não para quem já está no sistema, com expectativas de ter a sua carreira feita num quadro que está definido. Depois até pode haver alguma negociação para os que entraram há menos de dez anos ou cinco anos, mas pelo menos que haja um sinal que permita não quebrar a confiança.

Que implicações poderá a medida ter no desemprego jovem?

Esse é um problema que prefiro atacar de outro ponto de vista. Não se justifica que nas nossas sociedades, que atingiram níveis de produtividade elevados, que asseguram lucros de capital elevados em grande parte dos sectores, se continuem a praticar horários como os que vigoraram na civilização industrial. Defendo uma redução drástica de horários de trabalho, para acomodar a situação dos jovens desempregados. Evidentemente isto supõe que se aceite na empresa uma repartição mais equitativa dos salários e que o total das remunerações seja atribuído aos trabalhadores numa proporção que relacione o salário mínimo com o salário do topo. Hoje temos remunerações de quadros superiores que são manifestamente desproporcionadas. Sem alterar os custos de pessoal da empresa seria possível, e a meu ver desejável, não só por ser mais equitativo, mas por ser um elemento dinamizador da própria economia, que se introduzissem regras de proporcionalidade nos salários. Depois haveria todo um conjunto de medidas que se podem tomar, como o trabalho a meio tempo, a dois terços do tempo... Acho fundamental dar lugar aos mais novos.

Mas seria uma medida transitória?

Não. Nós não precisamos de trabalhar tantas horas. É um absurdo que se criou. E com os horários actuais de trabalho ainda querem aumentar até às 40

horas? Isso põe completamente em causa o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Se prestar atenção, vê como as pessoas andam stressadas. Em certas profissões as pessoas estão a ficar doentes. É uma sociedade de doentes que queremos? Olhe para os professores, todos os dias conheço casos que me relatam de professores que têm AVC e outros problemas inerentes ao stress. As 40 horas são um contrassenso que não aumenta nada a produtividade. É mais uma fantasia irresponsável. Hoje sabe-se muito bem que a motivação, a segurança das pessoas, as relações humanas distendidas, a confiança nas chefias, enfim, o bom clima nas empresas é que é o principal ingrediente para o aumento da produtividade. As pessoas não são todas iguais e umas rendem mais que outras, mas o trabalhador não é uma unidade de conta, é uma pessoa. Há uma cultura humanista que se tem perdido, e não é de mais afirmar que as pessoas não são números numa folha de Excel.

A economia social é o tecido da coesão social? Onde estaríamos nesta altura, se não tivéssemos uma economia social forte?

A pergunta já inclui a resposta... É neste momento a grande almofada. E do ponto de vista da solidariedade é aí que se encontram as respostas de emergência, como as cantinas, o Banco Alimentar... Isso não nos deve de forma alguma deixar tranquilos. São situações de emergência, ainda bem que existem, mas elas revelam uma má organização do Estado e uma má repartição da riqueza nacional. A economia social é um sector que merece ser acarinhado, encorajado e dado a conhecer nas suas potencialidades, mas nunca deve ser confundido com assistencialismo. Isso é um erro enorme.

A economia social é um terreno fértil para a inovação social?

Sem dúvida, porque está próxima das pessoas e das suas necessidades, porque vem colmatar disfunções inerentes à crise e assenta fundamentalmente nas pessoas e nos recursos humanos e só subsidiariamente no capital necessário para fazer funcionar essas entidades. As

nossas sociedades atravessam um período de enorme crise, cuja expressão mais visível são o desemprego e a pobreza material, mas em que também começam a surgir necessidades novas, como o acompanhamento de crianças e jovens, necessário porque as famílias não têm capacidade para o fazer, dada a sua absorção com o trabalho profissional ou com a procura de emprego, e o mesmo relativamente às pessoas idosas ou portadoras de deficiência e doenças crónicas. São necessidades para as quais é fundamental procurar respostas e penso que a economia social é uma via interessante para ir ao seu encontro, porque visa directamente a produção de bens e serviços com utilidade social imediata e porque, em algumas das suas modalidades, como é o caso das cooperativas e das mutualidades, é baseada na cooperação dos interessados,

Estamos numa situação de empobrecimento colectivo e há que romper esse círculo o mais rapidamente possível

como as cooperativas agrícolas ou de habitação. E, pela sua própria natureza, as entidades de economia social, estando mais próximas das pessoas, também podem dar um maior contributo ao desenvolvimento local.

Que condições devem existir para fomentar abordagens mais inovadoras às questões sociais?

Há toda uma cultura que se deve desenvolver. Uma cultura de responsabilidade, de iniciativa e empreendedorismo na busca de soluções para problemas reais, que pode ser fomentada de muitas maneiras: com iniciativas a partir do Estado, mas também da sociedade civil, das universidades, das escolas. Há um clima cultural que pode ser favorável ao aparecimento de respostas no âmbito da economia social. Esse é um aspecto muito importante, uma mudança de mentalidade que incentive a

inovação. Depois, há incentivos que resultam de formalidades administrativas. As pessoas até têm boas intenções de criar uma empresa de economia social, mas deparam-se com burocracias e dificuldades que as desencorajam. A própria fiscalidade e o enquadramento jurídico podem ser mais amigáveis e adequados às diferentes realidades.

Quando fala em mudar mentalidades, considera que é um mal português a falta de espírito empreendedor e de iniciativa?

Não sou pessimista relativamente à sociedade portuguesa, porque há experiências interessantíssimas em todo o país, como a Animar [Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local] ou a Solidários, de jovens ligados ao mundo rural, em Sever do Vouga, e tantas outras. Por outro lado, há uma rede não subestimável de instituições de solidariedade social, grande parte ligadas à Igreja católica, que cobrem institucionalmente muitas destas necessidades que já referimos. Agora, é verdade que a variedade é grande e que umas são mais inovadoras do que outras. Em comparação com outros países, diria que no Norte da Europa há realmente uma grande propensão para organizações do tipo cooperativas. Mas aqui também a sociedade civil se organiza para iniciativas de carácter cultural e social e mesmo económico.

Então há motivos para optimismo?

Sim. Existem forças latentes na sociedade portuguesa, grupos de pessoas que exigem uma sociedade mais justa, que rejeitam o consumismo desenfreado e têm maiores preocupações com o ambiente e com a qualidade de vida de quem as rodeia. E o papel transformador, a meu ver, tem de vir da base, porque aquilo a que aspiramos é, de facto, uma sociedade com melhor qualidade de vida para as pessoas, não é uma sociedade consumista. Aquilo a que aspiramos, pelo menos eu, é a uma sociedade de maior coesão social. Não é uma sociedade de muitos pobres e poucos muito ricos. Ora a economia social pode ser como que uma almofada neste tecido económico e nesta organização social de conjunto.